

prelados (p. 20-31). Ao leitor especializado interessarão, particularmente, os incisos sobre a metodologia seguida, a estrutura da obra e os critérios que presidiram à transcrição das fontes (p. 32-35).

A obra é enriquecida pelos variados índices que facilitam a sua consulta: aos índices de documentos (um por cada volume), acrescem os índices antroponímicos, toponímicos e de assuntos (reunidos no final do volume II).

Sublinhe-se, ainda, o cuidado metodológico revelado nos elementos que antecedem cada carta pastoral e que incluem a sua datação, o sumário do seu conteúdo, a identificação das fontes e sua custódia, bem como da existências e localização de cópias ou outras edições, assim como a indexação por palavras-chave, para lá da bibliografia passiva existente.

Para lá destes elementos, cada conjunto documental é antecedido por uma breve biografia do patriarca que o emitiu, o que permite um primeiro acesso do leitor ao contexto de produção das respetivas cartas e das principais problemáticas que nas mesmas se poderão encontrar.

Pela variedade dos temas versados, a relevância político-religiosa dos seus autores e a abrangência das intervenções que nelas se vertem, as cartas pastorais dos patriarcas de Lisboa constituem uma mole documental cujo relevo ultrapassa o seu volume, já de si significativo.

Para lá da relevância de que se reveste a disponibilização de fontes de indiscutível pertinência para os que se dedicam ao trabalho historiográfico sobre os mais variados aspetos da evolução da sociedade portuguesa ao longo dos três últimos séculos, a publicação das *Cartas Pastorais dos Patriarcas de Lisboa* afigura-se, em simultâneo, um contributo decisivo para a elaboração da história da diocese de Lisboa, cuja necessidade torna ainda mais premente.

CARDOSO, Arnaldo Pinto

Homem de Deus para a Humanidade: Padre Joaquim Alves Brás, 1899-1966

Lisboa: Alêtheia, 2017. 537 p. ISBN: 978-989-622-981-8

PEDRO J. SILVA REI

Assiste-se hoje a uma multiplicação do género biográfico no mercado editorial português, enchendo livrarias ao atrair o grande público para um mergulho na história. Também no quadro da história religiosa contemporânea fácil é pôr em evidência o destaque assumido pelo género biográfico, a par do memorialístico, no processo de compreensão e divulgação da vida de diversos agentes eclesiais. Contudo, nem todo o género biográfico disponível na nossa praça cumpre os critérios da investigação historiográfica.

O livro *Homem de Deus para a Humanidade* que agora recenseamos, da autoria de Arnaldo Pinto Cardoso, procura fazer luz no percurso de Joaquim Alves Brás até agora «tão pouco conhecido» (p. 5). Em vista deste propósito, o livro estrutura-se em «três pisos – a Vida, a Obra, o Sonho» (p. 4), correspondendo, cada um deles, às três partes nas quais a obra se compõe. Apresentado pelo seu autor, a obra principia com uma introdução geral na qual o biógrafo expõe os pressupostos da investigação, define os objetivos e os critérios metodológicos seguidos: elucidando o leitor sobre os arquivos consultados e as fontes utilizadas, assim como as dificuldades que estas levantaram. De seguida sucedem três partes centrais: duas primeiras, mais informativas, dedicadas à biografia e às obras do biografado; e uma terceira, menos factual, referente ao idealismo do sujeito.

Depois de uma tentativa sumária de esboçar o enquadramento histórico, na primeira parte – «O Homem. O Padre. A Doutrina» (p. 13-204) – o autor introduz-nos nas diversas etapas da vida de Joaquim Alves Brás, analisando o seu itinerário formativo e profissional. Cronologicamente balizados, no decorrer dos primeiros seis capítulos do livro dá-se a conhecer o percurso do biografado, desde os tempos da sua juventude em Casegas até ao termo da sua vida em Lisboa, a partir de fontes documentais da sua autoria: permitindo-nos reconstruir, não só a sua trajetória, espiritualidade e pensamento, como também tomar o pulso à pléiade teia de relações com as quais o biografado travou contacto na Igreja e na sociedade da época. Na segunda parte – «As Obras» (p. 207-296) – revisitamos a atividade sacerdotal de Alves Brás com base nas estruturas que fundou a partir da década de 1930, estimando-as em torno da sua identidade, constituição e objetivos. Os capítulos integrantes desta porção distribuem-se tematicamente a fim de analisar cada uma das obras do *fundador* e os problemas aos quais visavam dar resposta na sociedade de então: a Obra de Providência e Formação das Criadas (OPFC); o Instituto Secular das Cooperadoras da Família (ISCF); e o Movimento por um Lar Cristão (MLC). Por último, uma terceira parte – «O Sonho de “Bem-Fazer”» (p. 299-403) – retoma o que seriam as características do ideal do biografado: traçando aquelas que o autor considera ser as linhas mestras da personalidade do sujeito. A obra encerra com uma conclusão, onde se pretende ressaltar a conveniência do exemplo de vida do biografado na atualidade, por ocasião do reconhecimento das suas «virtudes heroicas» pela Santa Sé. À margem desta, seguem em anexo diferentes cronologias referentes à vida e obra de Alves Brás, a par da compilação de alguns documentos considerados relevantes pelo autor para a compreensão da espiritualidade, personalidade e atividade sacerdotal do biografado. No interior do livro, reproduz-se ainda uma série de documentação iconográfica alusiva ao sujeito histórico, ilustrando e enriquecendo a narrativa.

Se na verdade o autor não se qualifica como historiador, nem apresenta a sua obra como sendo um estudo científico – não lhe podendo ser imputado o seu contrário –, não o faz, no entanto, à margem do horizonte historiográfico ao recorrer às metodologias próprias do ofício dos historiadores a fim de justificar a pertinência do seu estudo no contexto canónico da abertura dos trabalhos do processo de beatificação do biografado. Procedendo, aliás, de acordo com as normativas exigidas pela Congregação da Causa dos Santos. Neste sentido, no processo de recenseamento crítico em questão torna-se necessário evocar as problemáticas que decorrem da adoção das metodologias do labor historiográfico no decurso da construção das narrativas de beatificação contemporâneas: intimando redobrada

atenção no que respeita o posicionamento do autor enquanto biógrafo, e a sua relação com o biografado na construção da narrativa; e, não menos importante, o levantamento, análise e interpretação das fontes e o seu cruzamento com a historiografia.

A construção da narrativa biográfica não é indiferente ao biógrafo. Através do estilo do discurso, e da emoção que este suscita, a narrativa torna-se não só o veículo da ligação do biógrafo com o leitor, como reflete a relação daquele com o seu objeto de estudo. A evidenciar isso mesmo, o posicionamento do autor é desvendado na apresentação: «O objetivo do livro não é “converter” ninguém, mas pôr a falar quem tanto amou e ensinou a amar, testemunhando o dinamismo de transformação do mundo em que vivemos à luz do seu exemplo de vida. Ele, o pregador continua a pregar; ele, o coxo, continua a operar o milagre de fazer andar os outros. No seu tempo, era importante ouvi-lo, hoje é necessário escutá-lo mediante a sua palavra escrita e a leitura do seu exemplo de vida» (p. 4).

No intuito de autenticar a pertinência do biografado na contemporaneidade do biógrafo, este último tende a projetar-se no sujeito histórico que estuda e a assumir as suas convicções e discordâncias no decorrer da narrativa, legitimando-as. Esta atitude resulta de uma relação de veneração que o autor estabelece com o sujeito biografado, compreendida no contexto institucional de que procedem e a partir do qual a biografia se estrutura. Questionando o distanciamento necessário face ao seu objeto de estudo, o biógrafo fabrica a narrativa textual com base no consentimento do estatuto de *Servo de Deus, Venerável*, reconhecido ao biografado pelo enquadramento jurídico canónico. Conquanto a sua tentativa de fundamentação do discurso a partir de testemunhos documentais, ao adoptar esta retórica o autor não só assume os qualificativos hagiográficos como condição apriorística do processo analítico, como os emprega como chave de leitura hermenêutica na apreciação que faz do biografado – dificultando, consequentemente, a construção de uma grelha de análise crítica face ao sujeito histórico propriamente dito. Voluntária ou involuntariamente, o autor assume uma postura de aceitação de que na vida do *Servo de Deus* biografado «existe uma “graça”, que esta toca aquele que a estuda, e que é importante narrá-la», colocando-se diante do seu objecto de estudo, como escreve Maria de Lurdes Rosa, «a meio caminho entre o estudioso, o narrador e o confidente»¹.

Para este fim converge a intertextualidade do autor no decorrer do encadeamento discursivo, construindo a sua narrativa mediante a articulação dos documentos do biografado com diferentes relatos bíblicos, adágios populares e com pensamento de santos, teólogos e poetas de diferentes épocas. Este hibridismo textual é particularmente evidente no esforço de aposição do biografado às personagens e parábolas dos evangelhos, assim como o uso de aforismos e metáforas vetero e neo-testamentárias no processo de interpretação do percurso e atuação do sujeito histórico (p. 7, 13, 40, 53, 176, 201, 233, 299-303, 311-315, 324-327, 334-335, 351-353, 361, 399, 406).

Ainda que que não olvidando alguns dos infortúnios ocorridos na vida do biografado, e não escamoteando características menos beatíficas da sua personalidade e temperamento, ao assumir este pressuposto somos tentados não só isolar o sujeito face ao seu

1 Maria de Lurdes Rosa – “Fazer História” ... Para “Fazer Santos”: Uma Impossível Compatibilidade. *Lusitania Sacra*. 12 (2000) 445.

contexto, como a neutralizá-lo diante do mesmo numa lógica de imobilidade do indivíduo face às circunstâncias que habita. A partir das quais as dissonâncias, incertezas, oscilações e ambivalências da vida do biografado são atenuadas e assimiladas numa cronometria dialógica, que se pretende explicar numa ordem que o transcende. Deste modo, procura-se destacar a imutabilidade do sujeito histórico no que respeita às suas convicções religiosas e eclesásticas, a par da sua isenção política e ideológica face ao regime vigente – sem, porém, as questionar (p. 327, 330-331, 335-344, 351-358). Assim, ao enfatizar o personagem diante do seu contexto, o autor tenciona pôr em evidência o carácter profético do biografado como uma determinação do agir do homem no plano histórico, consentindo-o a partir de uma racionalidade providencialista, que enforma uma compreensão teleológica do acontecer no percurso individual do *Servo de Deus*. Isto é, percebido numa racionalidade de eminência histórica, onde o homem se entende comprometido numa intermitência temporal entre o presente que habita e o porvir que anuncia, o sujeito opera no tempo como precursor da própria história (p. 7, 253, 311-312, 356-357).

Não obstante estes apontamentos, o contributo mais relevante desta biografia, cremos, é o facto de trazer à superfície o espólio e grande número de escritos, memórias, obras e registos da autoria de Joaquim Alves Brás, e daqueles/as que com ele privaram, até agora largamente desconhecidos; dando a conhecer o sujeito ao fornecer importantes contributos factuais e informativos sobre o mesmo. Ainda assim, se na parte mais informativa e factológica da obra há um cuidado do autor no processo de selecção, transcrição e citação das fontes utilizadas, essa metodologia não decorre de um procedimento arquivístico técnico, nem é acompanhada por um tratamento crítico e heurístico da documentação, ou tão pouco pelo seu confronto quer com outras tipologias documentais mais distanciadas, quer com o pensamento historiográfico.

O manuseamento das fontes documentais, e a decomposição do seu conteúdo no processo de construção das narrativas, exige uma atitude de desconfiança e distanciamento da parte de quem as emprega. Não isentas de parcialidade, estas requerem, por conseguinte, não só uma abordagem comparativa através de uma maior diversificação dos documentos consultados, mas também um enquadramento teórico e científico adequado, por meio do seu confronto com o estado-da-arte historiográfico relativo ao período e temáticas em questão. Ao longo deste processo a obra ganharia se tivessem tido em conta, não só outras abordagens biográficas de clérigos coetâneos do biografado, como também outros trabalhos relativos à problemática do associativismo laical e dos institutos seculares femininos, do sindicalismo católico e do movimento social católico, da condição das criadas, das mulheres e das famílias no Estado Novo. Tal procedimento estimularia o diálogo do biógrafo e do biografado com vozes suas dissonantes, promovendo uma análise mais abrangente, comparada e problematizada, daquilo que foi a vida do sujeito histórico em questão. Porque, só inserindo o sujeito na amplitude multifacetada do seu contexto histórico, por meio de uma análise crítica das fontes e da sua interpretação na perspectiva da historiografia existente, conseguimos fazer uma aproximação à pessoa na sua singularidade.

Sem escorregar num historicismo fácil, só a partir da aplicação destas ferramentas metodológicas podemos entender a complexidade do homem enquanto protagonista da história na construção de uma biografia: assumindo que, mesmo singular, mais que um

profeta, o biografado foi um homem da Igreja e da sociedade do seu tempo. Razão pela qual, em nosso entender, entre outras, mais do que querer fazer de Joaquim Alves Brás um percursor de uma *nova evangelização* e de um dinamismo eclesial pós-conciliar (p. 356-358), tornar-se-á mais profícuo procurar compreender o seu pensamento e protagonismo no quadro de uma militância social do movimento católico contemporâneo, no qual a função do laicado, através de novas formas de apostolado de ação em ambiente secular, se perspetiva como móbil de recristianização das sociedades. Do mesmo modo, mais do que querer reduzi-lo a um «apóstolo das criadas de servir», «almas desamparadas [...] a clamarem por libertação» (p. 54), tornar-se-á mais estimulante inquirir o seu trabalho junto desta franja social no âmbito da afirmação de um processo de enquadramento e educação das massas – da regularização do masculino e do feminino; da normatização da estrutura familiar e das esferas do público e do privado; das formas de controlo e vigilância social sobre os corpos e os grupos subalternos – promovido quer pela Igreja quer pelo Estado, ao abrigo dos princípios do catolicismo social no contexto da ordem corporativa vigente. Dito de outro modo, mesmo que um projeto evangelizador, a ação de Joaquim Alves Brás com as criadas de servir e com as cooperadoras da família não pode deixar de se entender também no horizonte daquilo que é a construção social do modelo familiar e da servilidade no Portugal da primeira metade do século XX: pensadas, por um lado, numa lógica de repressão da desobediência e dos comportamentos indesejados pelo ideal familiar burguês, e, por outro, mediante a idealização de um *ethos* servil, catequizado e profissionalizado².

Nenhum trabalho é isento de crítica, e esta é antes demais um exercício de maturação em vista ao aperfeiçoamento da obra. Em causa não está o empenho e o esforço do autor, e das suas colaboradoras, no estudo do tema – procurámos apenas deslindar as metodologias seguidas e o processo de construção da narrativa textual. Não obstante as lacunas apontadas, o livro supracitado tem virtudes que lhe devem ser reconhecidas. Além de democratizar ao grande público os escritos, o percurso e informações factuais relevantes de um homem até agora desconhecido de muitos, surge também como um desafio aos historiadores, chamando-os à atenção para a riqueza de espólios pessoais e de arquivos eclesiásticos e institucionais ainda por explorar, destituídos de organização e tratamento adequado – sinalizando, desde logo, o espólio do biografado, que solicita não só inventariação técnica como edição crítica. Mas também, e sobretudo, reconvocando a academia para um debate sempre pertinente: o da utilização das metodologias historiográficas nos processos de construção de narrativas hagiográficas contemporâneas. Ganhemos balanço e recuperemos o repto de Maria de Lurdes Rosa: «“Fazer história” ...para “fazer santos”?»³.

2 Inês Brasão – *O Tempo das Criadas. A condição servil em Portugal (1940-1970)*. Lisboa: Tinta-da-China, 2016, p. 109-151.

3 Maria de Lurdes Rosa – *op.cit.*, p. 444.